

PRESIDÊNCIA

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 PERÍODO DE REFERÊNCIA: **JANEIRO /2019 a DEZEMBRO/2019**

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1.000

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses) LIQUIDADAS												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
	Jan/19	Fev/19	Mar/19	Abr/19	Mai/19	Jun/19	Jul/19	Ago/19	Set/19	Out/19	Nov/19	Dez/19		TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	112.841	122.018	114.075	113.833	140.734	117.827	121.731	120.733	122.472	122.810	232.634	159.819	1.601.527	-
Pessoal Ativo (Nota 1, 2 e 3)	93.486	101.815	94.617	94.521	120.979	98.242	101.722	100.889	102.543	102.792	212.500	118.805	1.342.911	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	75.971	82.747	76.863	76.716	102.647	79.877	82.600	81.947	83.229	83.447	173.666	98.636	1.098.346	-
Obrigações Patronais	17.515	19.068	17.753	17.805	18.332	18.365	19.122	18.942	19.314	19.345	38.835	20.169	244.565	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.354	20.203	19.458	19.312	19.755	19.585	20.009	19.844	19.929	20.019	20.134	41.014	258.616	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	11.545	12.301	11.726	11.668	11.890	11.839	12.185	12.083	12.237	12.242	12.303	25.866	157.885	-
Pensões	7.809	7.902	7.732	7.644	7.865	7.746	7.823	7.761	7.692	7.777	7.832	15.148	100.731	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	21.294	25.943	20.210	19.730	20.250	20.545	20.333	20.271	20.254	20.372	53.076	52.891	315.170	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.939	5.740	752	418	495	961	325	427	325	353	32.942	11.877	56.554	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados (Nota 4)	19.354	20.203	19.458	19.312	19.755	19.585	20.009	19.844	19.929	20.019	20.134	41.014	258.616	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	91.547	96.075	93.864	94.103	120.483	97.282	101.398	100.462	102.218	102.438	179.558	106.928	1.286.357	-

R\$1,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	25.340.299.465,22	
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 3º, art. 166 da CF)	(4.570.774,00)	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	25.335.728.691,22	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (IIIa+IIIb)	1.286.357.184,53	5,08
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	1.520.143.721,47	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95xVIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.444.136.535,40	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	1.368.129.349,32	5,40

FONTE: Sistema e-Fisco Financeiro - Unidade Responsável - Diretoria de Contabilidade - Recife, 23/01/2020.

Nota1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Nota2 . Deduzido da despesa bruta com Pessoal Ativo, o valor referente ao pessoal cedido a outros órgãos, no montante de R\$ 4.198.823,33 (jan/19 a dez/19), sendo R\$ 3.378.616,23 de Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis e R\$ 820.207,10 de Obrigações Patronais, conforme previsto no MDF da Secretaria do Tesouro Nacional. Para tanto, o critério adotado foi considerar o valor da despesa por competência, que compreende o valor a receber e recebido a título de ressarcimento.

Nota3. Em razão do Acórdão do Tribunal de Contas de Pernambuco - TC-PE nº 355/18, os valores abaixo discriminados que possuem natureza indenizatória classificados no Grupo 1-Pessoal e Encargos Sociais, não foram considerados na apuração da Despesa Bruta com Pessoal de que trata o artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Licença-prêmio em pecúnia	R\$ 955.217,62
Abono de permanência em serviço	R\$ 22.247.337,65
Terço constitucional de férias	R\$ 34.659.399,05
Férias indenizadas	R\$ 7.052.811,16
Indenizações Trabalhistas	R\$ 53.392,78
TOTAL DA EXCLUSÃO	R\$ 64.968.158,26

Nota4. O montante das contribuições previdenciárias FUNAFIN no período de jan/19 a dez/19 foi superavitário em relação às despesas com Inativos e Pensionistas em R\$ 116.965.606,59. No entanto, para fins de evidenciação deste demonstrativo, foi informado no campo das despesas não computadas (Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados) o valor de R\$ 258.615.796,14, limitado este ao total da referida despesa. Acórdão T.C.- PE nº 1352/13.

Nota5. A Publicação no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, em virtude das limitações deste sistema, exigiu a redução da escala monetária no detalhamento mensal, comparado ao relatório publicado no sítio da STN/SICONFI (<https://siconfi.tesouro.gov.br>), e apresenta divergência no formato do formulário publicado no SICONFI.

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Presidente

Carleide Maria Bezerra

Diretora de Contabilidade

CRC-PE 019946/O

Liosvaldo Xavier Lopes de Souza

Diretor Financeiro Adjunto

Clarissa Amaral Mendes de Lima

Chefe da Controladoria

ESTADO DE PERNAMBUCO - PODER JUDICIÁRIO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERÍODO DE REFERÊNCIA: **Janeiro/2019 a Dezembro/2019**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ 1,00